

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
DE SÃO PAULO

CÂMPUS SÃO PAULO PIRITUBA

Pós-Graduação *Lato Sensu* em Humanidades - Educação, Política e Sociedade

LETÍCIA CHRISTMANN

**Eugenia nos trópicos:** uma análise do discurso da paulistanidade no início do  
século XX a partir da obra de Alfredo Ellis Jr.

São Paulo

2023

LETÍCIA CHRISTMANN

**Eugenia nos trópicos:** uma análise do discurso da paulistanidade no início do século XX a partir da obra de Alfredo Ellis Jr.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista no curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Humanidades - Educação, Política e Sociedade do Instituto Federal de São Paulo - Campus Pirituba.

Orientador: Prof. Dr. Vagner Luis da Silva

São Paulo

2023

Ficha catalográfica preparada pela Coordenadoria de Biblioteca  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Câmpus São Paulo Pirituba

Christmann, Leticia

C555e Eugenia nos trópicos: uma análise do discurso da paulistanidade do início do século XX a partir da obra de Alfredo Ellis Jr. / Leticia Christmann – São Paulo, 2023.  
24 f.

Orientador: Prof. Dr. Vagner Luis da Silva

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Humanidades - Educação, Política e Sociedade) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Câmpus São Paulo Pirituba.

1. Eugenia. 2. Racismo. 3. Ellis Jr., Alfredo - 1896-1974. I. Silva, Vagner Luis da Silva. II. Título.

Elaborado por CRB-8/7494. Dados fornecidos pelo autor(a) via Sistema Pergamum.

Nome: Letícia Christmann

Título: Eugenia nos trópicos: uma análise do discurso da paulistanidade no início do século XX a partir da obra de Alfredo Ellis Jr.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista no curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Humanidades - Educação, Política e Sociedade do Instituto Federal de São Paulo - Campus Pirituba, sob orientação do prof. dr. Vagner Luis da Silva

São Paulo, XX de XX de 2023

---

Prof. Dr. Vagner Luís da Silva  
Coordenador do Curso

**Banca examinadora**

Prof.: \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof.:

\_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof.:

\_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

## **Agradecimentos**

Apesar de escrito por mim, esse trabalho não teria sido possível sem todos aqueles que me trouxeram até aqui.

Agradeço ao professor Vagner Luís da Silva, pelo apoio e incentivo ao longo do curso da pós e no decorrer da elaboração desse TCC.

Ao Instituto Federal de São Paulo – Campus Pirituba e aos meus colegas da turma de pós-graduação em Humanidades – Educação, Política e Sociedade, que encararam comigo o desafio de voltar a estudar em plena e pós pandemia e com quem troquei muitas figurinhas ao longo das aulas e fora delas, em especial à Nathália, Monique, Lidiane e Victor.

À minha família, em especial à minha irmã Patrícia, que foi obrigada a ler esse trabalho depois do encerramento de um semestre intenso de aulas e entendeu minha necessidade de escrever sobre esse tema. Aos meus pais, Alberto e Adélia, por terem sequestrado minhas roupas para lavar, por terem feito bolo de cenoura quando precisava e pelo apoio incondicional durante toda minha formação acadêmica e profissional desde tempos longínquos.

À Alaska, minha cachorrinha, que ficava sentada no sofá inconformada com o tempo que eu estava lendo livros e digitando no computador, sem jogar a bolinha para ela brincar.

Ao meu companheiro de vida, Raphael, que além de revisor, tradutor, escutador de várias partes desse texto lidos por mim para ver se faziam sentido e ótimo cozinheiro, foi quem assumiu ainda mais tarefas para que eu tivesse o tempo necessário para ler, refletir e escrever sobre esse tema.

## **RESUMO**

Essa monografia tem como objetivo identificar a forma de que os discursos racialistas e eugênicos, desenvolvidos na Europa durante o século XIX, foram apropriados por Alfredo Ellis Jr. a partir da análise da obra Populações Paulistas, publicada em 1934, destacando o tratamento dado aos negros e aos imigrantes na constituição da população de São Paulo observada nessa obra.

## **ABSTRACT**

With this essay, one aims at identifying the way in which racialized and eugenic discourse, originated from Europe during the 19<sup>th</sup> century, was appropriated by Alfredo Ellis Jr. through the analysis of his work *Populações Paulistas*, published in 1934, emphasizing the treatment the black and immigrant population endured during the formation of São Paulo's population chronicled in his work.

## SUMÁRIO

Introdução .....	1
Capítulo 1 - As ideias eugênicas europeias miscigenadas com o Brasil.....	3
Capítulo 2 - Uma análise atenta da obra “Populações Paulistas”, de Alfredo Ellis Jr. ....	12
Considerações finais.....	22
Referências bibliográficas .....	25



## Introdução

O sociólogo Silvio Almeida, em seu livro *Racismo Estrutural* (2019), afirma que quando estamos conscientes de que o racismo é parte da estrutura social e de que o racismo não precisa de uma intencionalidade para manifestar-se, o silêncio torna toda a sociedade conivente com essa prática. Ainda, “a mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas” (ALMEIDA, 2019, p. 52).

Com isso em vista, compreender a forma em que o racismo estrutural se pavimentou no Brasil e, mais especificamente, em São Paulo perpassa pela análise de obras que contribuíram para a petrificação da ideia de que o povo brasileiro é uma mistura de povos indígenas com povos europeus, excluindo-se o negro de toda a composição racial brasileira ou, ainda, quando o negro é colocado na somatória da miscigenação de raças que compuseram o todo, é tratado com inferioridade ou como um obstáculo para os avanços da saúde racial da população.

Tal postura não é exclusividade brasileira. Os intelectuais que por aqui se debruçaram, no final do século XIX e na primeira metade do século XX, em compreender o que definiria a população paulista e brasileira e o que poderia ser feito para melhorá-la, beberam de fontes eugenistas, racialistas e darwinistas que circulavam pela Europa.

Quando publicados, livros como *Raça de Gigantes* (1926) e *Populações Paulistas* (1934), do autor que será trabalhado com mais profundidade ao longo desse trabalho, se tornaram discursos importantes na construção do bandeirante paulista como herói nacional e, se analisados mais de perto, permitem encontrar traços marcantes do discurso eugênico e racialista que circulava no Brasil no período de suas publicações.

Ainda que haja diferenças importantes entre a eugenia que se desenvolveu na Europa quando comparada ao discurso que ganhou força no Brasil, um ponto em comum se destaca: existe a inferiorização de determinadas populações para, por meio de comparações manipuladas, exaltar outros grupos raciais.

No primeiro capítulo, esse trabalho busca analisar de forma breve como a eugenia se desenvolveu na Europa e a forma pela qual passou a se manifestar no Brasil, dando ênfase para a construção da identidade paulista no início do século XX. Já no segundo capítulo, é apresentada uma análise mais cuidadosa a respeito do livro

*Populações Paulistas*, de autoria de Ellis Jr., demonstrando as ideias eugenistas e racialistas que aparecem no decorrer de sua obra.

## Capítulo 1 – As ideias eugênicas europeias miscigenadas com o Brasil

O conjunto de ideias e práticas com o objetivo de melhorar a raça humana recebeu o nome de eugenia. Este recurso foi revestido com uma aparência de disciplina científica, se desenvolveu na Europa durante o século XIX e teve seus expoentes no Brasil na segunda metade do século XIX e no início do século XX. Segundo a historiadora Pietra Diwan, em sua obra *Raça Pura* (2020), a eugenia nasceu como uma invenção burguesa que se utilizava de pressupostos, como o da hereditariedade das características humanas, para justificar a superioridade de alguns grupos humanos, além de fundamentar a degeneração de outros grupos.

Na Europa, essa disciplina se apoiou em métodos científicos escusos e deturpados para justificar a inferioridade de determinados grupos humanos. Stephen Jay Gould, em sua obra *A falsa medida do homem* (1999), demonstra como a antropometria, mais especificamente a craniometria, foi manipulada por homens da ciência, como Paul Broca, Franz Josef Gall, Francis Galton e Paul Topinard, e utilizada para defender a inferioridade das mulheres e das chamadas “raças primitivas”.

Buscando dar um ar de método científico em seus estudos, os homens listados acima e analisados no livro de Gould, utilizavam dados para sustentar pressupostos da superioridade dos homens brancos europeus frente a outros grupos humanos. Broca, por exemplo, tinha uma ideia muito clara de que “as raças humanas poderiam ser hierarquizadas em uma escala linear de valor intelectual” (GOULD, 1999, p. 79), e com essa ordem já estabelecida, buscava dados científicos que pudessem confirmar aquilo que acreditava. Apesar de não falsificar seus dados, interpretava-os à revelia de outras conclusões que poderiam ser possíveis e, obviamente, as escondia em seus escritos.

Para ilustrar essa manipulação, Gould demonstra que Broca analisou o peso do cérebro de diversos colegas ilustres mortos nos anos anteriores. Seu pressuposto era de que os homens estudados apresentariam pesos cerebrais acima da média. Porém, alguns personagens, como Franz Josef Gall (expoente da frenologia) e Anatole France (escritor francês), tinham cérebros cujo peso estava abaixo do esperado. Broca, então, desenvolveu uma explicação para os dados insatisfatórios: “seus possuidores haviam morrido muito velhos, eram baixos ou, ainda, tiveram seus cérebros mal conservados” (GOULD, 1999, p. 86). Esse *modus operandi* de ajeitar as conclusões para não desvirtuar os pressupostos estabelecidos diante de evidências desconfortáveis é comum em toda a obra de Broca — adotado em outras

adversidades apresentadas, como criminosos que possuem cérebros grandes e o fato de indivíduos pobres possuírem maior volume cerebral do que os ricos.

É importante salientar que estudos como os de Broca eram utilizados pelos eugênicos para guiar a evolução da espécie humana e, como no nazismo, a eliminação de elementos indesejados. Nesse sentido, a eugenia pode ser dividida em duas abordagens principais: a positiva e a negativa.

Os defensores da eugenia positiva consideravam a manipulação genética como um motor propulsor da sociedade, visando “encorajar a reprodução dos elementos mais fortes e desejáveis socialmente” (DIWAN, 2020, p. 50) e, por fim, constituir uma sociedade com seres biologicamente superiores. Nessa abordagem, aqueles biologicamente inferiores seriam eliminados naturalmente e com o tempo.

Por outro lado, os defensores da eugenia negativa postulavam ações mais incisivas para a eliminação dos biologicamente indesejáveis. Estes deveriam ser esterilizados, separados do corpo social, impedidos de casarem-se e reproduzirem-se e de migrarem para outras regiões, a fim de não contaminar as raças puras que poderiam encontrar. Esse grupo era minoria, mas suas ideias encontraram ecos nas práticas nazistas e nas leis eugênicas implantadas nos EUA após a Guerra de Secessão.

Porém, apesar de discordarem nos métodos para alcançar os melhores atributos de grupos humanos, tanto a eugenia positiva quanto a negativa concordavam em um ponto: a mistura de raças levaria, necessariamente, à degeneração.

A historiadora Lilia Moritz Schwarcz, em sua obra *Nem preto nem branco, muito pelo contrário* (2002), resume com maestria a atmosfera intelectual do século XIX, quando afirma que

os teóricos do darwinismo racial fizeram dos atributos externos e fenotípicos elementos essenciais, definidores de moralidades e do devir dos povos. Vinculados e legitimados pela biologia, a grande ciência desse século, os modelos darwinistas sociais constituíram-se em instrumentos eficazes para julgar povos e culturas a partir de critérios deterministas [...] (SCHWARCZ, 2012, p. 30)

Esses ares acadêmicos chegaram ao Brasil já na segunda metade do século XIX e ganharam força no início do século XX. Os intelectuais brasileiros importaram os escritos do racismo científico - este desenvolvido também como ciência para auxiliar na dominação europeia sobre a Ásia e a África - e dos pensadores eugênicos e os adaptaram, buscando aplicá-los em uma sociedade marcada há séculos pela miscigenação entre povos africanos, europeus e indígenas americanos.

Se levarmos em conta como a miscigenação era analisada na Europa, encontraremos relatos como o de Gustave Le Bon, que afirmava que o mestiço era um ser degenerado. Esse intelectual fazia parte da linha dos poligenistas, que acreditavam que a raça humana tinha uma ancestralidade em comum, mas que ao longo do processo evolutivo, ocorreram separações que resultaram em códigos e heranças genéticas diferentes. Ou seja, para os poligenistas, brancos, mestiços, negros e indígenas não faziam parte da mesma espécie. (DIWAN, 2020, p. 89).

Os mestiços exemplificavam [...] a diferença fundamental entre as raças e personificavam a “degeneração” que poderia advir do cruzamento de “espécies diversas”. [...] O certo, porém, é que a miscigenação, com a sua novidade, parecia fortalecer a tese poligenista, revelando novos desdobramentos da reflexão. As raças humanas, enquanto “espécies diversas”, deveriam ver na hibridação um fenômeno a ser evitado. (SCHWARCZ, 1993, p. 74)

Outra linha encontrada nas discussões europeias era a dos monogenistas, representados por figuras como o conde Joseph-Arthur Gobineau. Os intelectuais monogenistas defendiam que a espécie humana derivava de um mesmo ancestral e apoiavam as ideias evolucionistas ventiladas pelo sucesso da obra *A Origem das Espécies*, Charles Darwin. Para eles, porém, era possível hierarquizar os diferentes povos em uma linha de mais e menos evoluídos e, necessariamente, os negros, indígenas e mestiços estavam abaixo dos brancos nessa linha. (DIWAN, 2020, p. 89).

A historiadora Maria Helena Pereira Toledo Machado, em seu artigo *A ciência norte-americana visita a Amazônia* (2007), publicado na revista USP, discorre sobre um intelectual importante que escreveu sobre as teorias degeneracionistas relacionadas ao mestiço brasileiro. Louis Agassiz era adepto do viés poligenista de análise da evolução humana, zoólogo e naturalista, professor da Universidade de

Harvard, formado pelas universidades europeias e visitou o Brasil entre os anos de 1865 e 1866. Antes mesmo dessa visita, já era conhecida sua posição sobre a questão da miscigenação entre brancos e negros, uma vez que defendia a segregação dos dois grupos nos EUA, acreditando que o “mulatismo” (como os cientistas de seu círculo gostavam de chamar a miscigenação) era a principal barreira para o desenvolvimento de um povo.

A visita de Agassiz à Amazônia é considerada uma “expedição antidarwiniana” (DIWAN, 2020, p. 90). Ao analisar a população local, afirmava se tratar de uma “população inculta” (KURY, 2001, p. 166), já que andava seminua. Nesse sentido, Agassiz via de forma negativa as “hibridações. O indivíduo resultante do cruzamento de diferentes raças perde as melhores características das raças puras” (KURY, 2001, p. 169).

Por outro lado, os monogenistas também analisaram a população brasileira. Embebidos na obra *A origem das espécies*, de Charles Darwin, esses intelectuais buscavam criticar a mestiçagem já que, assim como os poligenistas, viam a mistura como uma forma de dificultar o aprimoramento da raça humana. Essa abordagem é vista por Schwarcz como vinculada ao cristianismo, “pensava-se na humanidade como um gradiente – que iria do mais perfeito (mais próximo do Éden) ao menos perfeito (mediante a degeneração)” (SCHWARCZ, 1993, p. 64).

Analisando os impactos da miscigenação no desenvolvimento do Brasil, era comum encontrar, principalmente na intelectualidade do século XIX,

A constatação, por parte dos europeus, da impossibilidade de progresso do Brasil dada a sua composição racial [que] criou na intelectualidade brasileira a necessidade de formar uma concepção sobre o Brasil. (DIWAN, 2020, p. 91)

Logo, observaremos no Brasil intelectuais que defendem a miscigenação e que a criticam ferrenhamente. Schwarcz, em *O espetáculo das raças* (1993), demonstra como a teoria eugênica foi transplantada da Europa e trabalhada por intelectuais brasileiros de forma tardia, enquanto lá já passava por “um claro processo de descrédito” (SCHWARCZ, 1993, p. 55).

Nessa esteira de importação das ideias eugênicas para o Brasil, Nina Rodrigues ocupa uma posição de destaque. Nascido em 1862, o médico maranhense defendia

que havia uma relação direta entre o crime e a natureza biológica do criminoso. Nesse sentido, os mestiços eram claramente inclinados a cometerem crimes devido à própria natureza de seu nascimento. Como seres humanos degenerados, não poderiam responder por seus crimes como os brancos, já que os brancos tinham 100% de suas aptidões psicológicas, enquanto os mestiços, claramente inferiores para o autor em questão, não poderiam ser tratados pelo sistema criminal da mesma maneira. Nesse sentido, era necessário haver uma modificação da legislação brasileira, já que o princípio de igualdade não poderia ser aplicado para raças diferentes e hierarquizadas do ponto de vista biológico e de desenvolvimento (SCHWARCZ, 1993).

Essa posição demonstra, especificamente, como a eugenia poderia ser utilizada na elaboração de leis e como a concepção de hierarquização das raças circulava pelo país no início do século XX.

Além de Nina Rodrigues, podemos citar o médico Renato Kehl. Segundo o historiador Denis Henrique Fiuza, em seu artigo *A propaganda da eugenia no Brasil* (2016), “Kehl concentrou grande parte da sua vida para a implantação da eugenia no país” (FIUZA, p. 88, 2016). Fundador do Boletim da Eugenia, em 1929, Kehl (e todos que ali publicavam) buscava demonstrar de forma didática os atributos que fundamentavam a ciência eugênica e divulgá-la no Brasil. O Boletim, que reunia uma “profusão de artigos e notas cujas fontes eram as mais diversas” (DIWAN, 2020, p. 112), geralmente publicados na língua original, convocava a intelectualidade brasileira a assumir as rédeas da administração pública, munida dos preceitos da eugenia.

Logo, nos trópicos, ocorreram releituras particulares das ideias importadas da Europa: era impossível negar a miscigenação e impedi-la de acontecer, então esse processo era visto de duas formas: de um lado, como extremamente negativo para o Brasil, como Nina Rodrigues defendia, ou, por outro lado, ela passou a ser interpretada como uma possibilidade de desenvolvimento do povo brasileiro, desde que essa miscigenação levasse ao branqueamento (SCHWARCZ, 2012, p. 39). Portanto, diferente do projeto eugenista aplicado na Europa, aqui a miscigenação foi vista por muitos intelectuais, principalmente no início do século XX, como um caminho para o progresso, ainda que esse progresso mirasse o homem branco.

Para tanto, é importante contextualizar brevemente os dois períodos históricos e, dessa forma, compreender porque durante o primeiro período (a partir de 1850) a miscigenação era demonizada por grande parte dos intelectuais brasileiros e no

segundo período (início do século XX) passou a ser vista como uma possibilidade de progresso.

Desde 1850, o Brasil vivenciava um processo lento e gradual de trazer a discussão sobre a escravidão à tona. A abolição da escravidão em 1888, talvez seja fruto dessa discussão. Ainda que possamos considerar que essa discussão tenha começado com a lei Bill Aberdeen, em 1845, foi somente a partir da publicação da Lei Eusébio de Queirós, em 1850, que vemos, finalmente, o Brasil caminhando rumo à extinção da escravização, uma vez que essa lei garantia o fim da importação de pessoas negras escravizadas da África para o Brasil, formalizando o fim do tráfico negreiro. Após essa lei, o país aprovou a Lei do Ventre Livre, em 1871 e a Lei dos Sexagenários, em 1885. Em maio de 1888 a Lei Áurea foi assinada e, ainda que tardiamente quando comparado ao restante da América e do mundo, o Brasil colocava um ponto final na legalidade da escravização negra no país.

Segundo a historiadora Emília Viotti da Costa, em sua obra *A Abolição* (2002), o processo de fim da escravidão no nosso país foi marcado por lutas e disputas. Havia, claramente, uma pressão por parte das elites tradicionais, principalmente agrárias, em impedir que o fim da escravidão acontecesse. Seja por uma mentalidade arcaica ou mesmo a dependência de tal tipo de mão de obra, o fato é que essa elite tentou criar obstáculos e pressão política para que esse processo não se concluísse. Por outro lado, a autora também ressalta que houve a radicalização, por parte dos abolicionistas e do próprio movimento negro, das ações que fizessem o país caminhar rumo ao fim da escravidão.

Esse cabo de guerra explica a lentidão e a inoperância da monarquia brasileira em relação ao tema. Sendo o Brasil, na segunda metade do século XIX, o único país, na América do Sul, monarquista ilhado entre várias repúblicas dos países que se esfacelaram da antiga colonização espanhola, havia um temor da família real de perder suas bases de apoio e ver o país seguir pelo mesmo caminho de seus vizinhos. Nesse sentido, podemos identificar como bases de apoio da monarquia a elite escravocrata, a Igreja Católica, o Exército e parte dos políticos que, muitas vezes, saíam dos primeiros grupos citados. Uma a uma e por motivos diversos, que não nos cabe o aprofundamento neste trabalho, a monarquia foi perdendo suas bases de apoio até sobrar apenas uma: a elite escravocrata. Para manter o apoio dessa elite, era necessário que o governo não alterasse aquilo que a mantinha economicamente



estável: a escravidão. Logo, compreende-se a morosidade do governo monárquico em lidar com o assunto.

Sendo um assunto delicado para aquele período, mesmo com os avanços em relação ao fim da escravidão, o pensamento de boa parte da população branca não incluía considerar os negros libertos como parte igual da sociedade, com direito à cidadania e garantia dos direitos básicos de sobrevivência. Logo, nem a figura do negro nem a do mestiço era bem vista entre essa população e é justamente dela que saem os intelectuais que se colocam contrários à miscigenação e, como já dito anteriormente, a julgam como sinônimo de atraso para o país.

Entretanto, com a Proclamação da República, em 1889, ressurgia um velho-novo problema para o Brasil: definir quem era o povo brasileiro.

Para boa parte dos eugenistas, o país era uma nação 'sem povo'. O ideal de uma República embasada na igualdade e na democracia, criou a necessidade de formalizar e gerar novos campos de saber, para a produção de corpos constituinte de um povo homogêneo, tipicamente brasileiro. Mas que tipo de povo brasileiro queriam os republicanos? (DIWAN, 2020, p. 96)

Schwarcz diz que esse momento era o de redescobrir a nação (SCHWARCZ, 1993, p. 314), mas aborígenes, africanos e mestiços passavam a ser vistos como obstáculos para a construção de uma identidade nacional. Os intelectuais brasileiros, portanto, apesar de penderem entre a condenação e aprovação do mestiço dentro da composição racial brasileira, passam cada vez mais a se debruçarem sobre a questão.

A valorização ou condenação do mestiço, a importação e adaptação das ideias eugênicas europeias e a necessidade de se criar uma identidade nacional, em um Brasil recém republicano, foi o caldeirão ideal para o surgimento de obras que buscassem resgatar (e até construir) passados históricos heroicos de grupos ou indivíduos que auxiliassem na construção da ideia de povo brasileiro. Esses esforços são visíveis nas publicações do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e pipocava em várias partes do Brasil a tentativa, dentro dos institutos históricos e geográficos estaduais, de construir identidades regionais que tomassem a frente na elaboração de uma identidade nacional a partir do resgate histórico (e heroico) de

atores regionais, tendo em vista personagens ou grupos que ajudaram a “fazer o Brasil” (SCHWARCZ, 1993, p. 87.)

Fundado em 1894, em evento prestigiado no salão nobre da Faculdade de Direito de São Paulo, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) teve papel fundamental no processo de resgate e construção de um passado paulista heroicizado. Para tanto, a análise dos anais desse instituto demonstra que os intelectuais filiados ao IHGSP, “se preocupavam com o progresso social, inspirados nas filosofias correntes - amalgamando liberalismo, darwinismo social e positivismo” (FERREIRA, 2002, p. 95). O herói, eleito por esses pesquisadores, era o bandeirante, exemplo máximo de sucesso de miscigenação, conquista territorial e desenvolvimento econômico do país.

O historiador do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), Alfredo Ellis Jr. lançou um livro, em 1926, intitulado *Raça de Gigantes*. Nessa obra, o autor tenta justificar a soberania paulista perante o restante do país e fortaleceu a ideia do mito do bandeirante como herói e formador do território nacional. Em relação a discussão sobre eugenia que ocorria naquele período, é importante destacar que parte da argumentação de Ellis Jr. para defender a superioridade paulista é justamente a miscigenação. Segundo ele, foi a miscigenação que fez ser possível o nascimento de uma raça superior na região de São Paulo.

Entretanto, para Ellis Jr., o surgimento de uma raça superior em São Paulo se deu com a mistura de brancos com indígenas e só. O autor denomina os primeiros bandeirantes de “mamelucos”, nascidos dos portugueses colonizadores (e por isso mesmo, já eram símbolo de varonilidade e superioridade, tendo sobrevivido à travessia Atlântica e todas as dificuldades impostas na América) com índias filhas de caciques (que por si só já possuíam uma natureza superior devido a proeminência de suas famílias entre os próprios nativos), mas pontua que a mistura com negros seria um motivo para o declínio do povo brasileiro. Ou seja, mesmo que para esse autor, diferente de Nina Rodrigues, a miscigenação resultou em algo positivo, é preciso ter clareza de que a mistura para a criação dessa “raça de gigantes”, como o próprio nome do livro diz, desconsiderava o negro e, nesse sentido, os autores se aproximam, ao ver o negro como inferior e motivo de degeneração.

Ellis Jr. ocupou o cargo de deputado estadual entre 1925 e 1930 e entre 1934 e 1937, pelo Partido Republicano Paulista (PRP). Conforme a historiadora Lorenna Ribeiro Zem El-Dine apresenta em seu artigo *Eugenia e seleção imigratória* (2016),

Ellis Jr. submeteu à votação na Câmara de Deputados de São Paulo, em 1926, um projeto de lei que buscava criar “um ‘aparelhamento científico’ para estudar os imigrantes que se estabeleciam em São Paulo” (EL-DINE, 2016, p. 244). Com esse projeto de lei, além da publicação de livros como *Raça de Gigantes* (1926), *Populações Paulistas* (1934) e *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano* (1936), podemos perceber que Ellis Jr. se inseria na discussão sobre a eugenia no Brasil e os rumos que o Estado deveria tomar para a constituição de uma raça superior no país.

Sendo assim, o IHGSP (e seus intelectuais) encabeçou o processo de definição e fortalecimento daquilo que será chamado pelos historiadores de “Paulistanidade”. Congregando um número grande de pesquisadores, os anais desse instituto demonstram, durante as primeiras décadas do XX, uma preocupação enorme em defender o quanto os paulistas deveriam ter o direito de liderar o país e, para isso, recorrem ao passado colonial e passam a desenhar o bandeirante como um grande herói nacional. O historiador Antônio Celso Ferreira, em sua obra *A epopeia bandeirante* (2002), apresenta com clareza a maneira que o IHGSP se utilizou desse passado colonial para elevar a figura do bandeirante ao status de herói nacional.

Ellis Jr. é uma figura que conecta dois pontos da história de São Paulo e do Brasil: a construção da paulistanidade e a manifestação das ideias eugenistas por aqui. Por ter sido deputado estadual, sócio ativo do IHGSP, professor titular da USP (na cadeira de História da Civilização Brasileira) e autor de diversos livros, atuou em várias esferas da intelectualidade nacional, principalmente paulista. Nesse sentido, a análise de sua obra permitirá entender como as ideias eugenistas se manifestaram na construção da paulistanidade no início do século XX.

## Capítulo 2 - Uma análise atenta da obra “Populações Paulistas”, de Alfredo Ellis Jr.

Publicado em 1934, *Populações Paulistas* é um livro que surge na inquietude de seu autor a respeito do Governo Provisório (uma vez que a obra já vinha sendo gestada desde 1930) de Getúlio Vargas e da amargurada derrota paulista do movimento antivarguista de 1932. Como destaca o historiador Diogo da Silva Roiz, em seu artigo *Do crioulisto americano ao mameluco paulista* (2012), Ellis Jr. tinha abertamente uma postura contrária ao governo federal do período e chegou a compor a Liga de Defesa Paulistana, pela liberdade e autonomia do Estado de São Paulo, sendo ferido durante as batalhas decorrentes do movimento de 1932 (ROIZ, 2012, p. 116).

Já no prefácio, Ellis Jr. deixa claro que o livro faz parte desse momento histórico conturbado, uma vez que

Os originaes de ‘Populações Paulistas’ acompanharam a desdita da redacção do ‘Correio Paulistano’, victima inocente da voragem destruidora dos aliados do Sr. Getulio Vargas, esses que, confessam hoje, tiveram a boa fé de abrir as portas de Itararé ao invasor da nossa terra. (ELLIS Jr., 1934, p. 7)

O “invasor da nossa terra” seria, naquele contexto, as tropas federais que visavam retomar o controle do Estado de São Paulo frente a convulsão política que se avolumava. É justamente nesse contexto que a afirmação do que é ser paulista e colocar a formação da população paulista como melhor e superior ao restante do Brasil se fez necessária para o nosso autor. Por isso, as obras de Ellis Jr. são permeadas pela discussão política e racial quando

A raça seria o fator determinante para o êxito social. Para Ellis Júnior, as modificações nas raças seguiriam três forças: adaptação ao meio, seleção natural (Darwin) e mutações ocasionais. Estas forças agiriam de forma centrífuga, enquanto a hereditariedade agiria de forma centrípeta. Dessa luta, nasceram as raças antropológicas. A proeminência dos planaltinos era determinada pela ‘raça de gigantes’, cujos feitos proporcionariam a base para a formação histórica não apenas de São Paulo, mas subordinada a ela, a do Brasil. Raça e

história se retroalimentariam para justificar a dominação e a hegemonia paulista durante a República Velha. (FORTE, 2017, p. 90)

Assim como em sua obra anterior, *Raça de Gigantes*, publicada em 1926, Ellis Jr. busca em todo o livro *Populações Paulistas* (1934) reafirmar a superioridade da população paulista em relação ao restante do Brasil. Segundo Katia Abud, em sua tese *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições* (1985), o autor pretendeu ter uma visão otimista de São Paulo e colocar o nacionalismo paulista acima do nacionalismo brasileiro, apontando que a mestiçagem que ocorreu em São Paulo rumava à eugenia muito mais do que aquela que havia ocorrido no Brasil.

Tendo em vista esse papel — de valorização da população paulista frente ao todo nacional — Ellis Jr. lança mão de diversas ideias eugenistas e racialistas durante sua obra. Já no início de seu livro, o autor se coloca ao lado de nomes da eugenia internacional, quando defende a utilização da antropometria na análise das raças, desde que os dados fossem tratados como porcentagens e distribuídos em linhas de gráficos (ELLIS JR., 1934, pp. 23- 24).

Além disso, é importante notar sua visão poligenista, ainda que não se denomine assim. Durante toda sua obra, trata de diferentes raças, no plural, que compuseram e compõem o povo paulista analisado, já que “há raças distribuídas entre vários povos constituindo várias entidades políticas ou nacionalidades” (ELLIS JR., 1934, p. 34).

Também chama atenção o esforço do autor em se colocar no debate internacional do período, que “hoje [1934], pode-se afirmar não haver raça pura. O progresso do mundo, com sua civilização agitada, o meio social imensamente complexo, vão sempre e cada vez mais complicando as mestiçagens”. (ELLIS JR., 1934, p. 26), ou seja, que a ideia de raça pura não existiria mais<sup>1</sup>. Porém, no decorrer do livro, vai argumentar que há miscigenações que são fadadas ao sucesso enquanto outras são fadadas ao fracasso.

A respeito da mestiçagem, Ellis Jr. constrói um pensamento embasado em Darwin e Mendell. Utilizando o primeiro como referencial, o autor defende que o meio geográfico é determinante para o sucesso ou fracasso de algumas hibridizações. Já

---

<sup>1</sup> É importante salientar, ainda que não seja o objetivo desse trabalho, que no mesmo período histórico estava ganhando força o nazismo na Alemanha, pautado, em partes, pelo discurso do estabelecimento de uma raça pura, a ariana. Ellis Jr., de forma breve, na introdução de *Populações Paulistas*, analisa a população europeia e, a respeito da Alemanha, diz “A Alemanha, o ajuntamento político, formado a menos de um século, pela reunião de uma dezena de pequenos estados que se estende sobre vasta área, também nos apresenta um quadro racial bastante heterogêneo” (ELLIS JR, 1934, p. 38).

o segundo é utilizado para diferenciar os aspectos do fenótipo e do genótipo de cada grupo humano. Para Ellis Jr. “a formula genotypica e phenotypica não se misturam, não se caldeiam, não se mesclam, mas se combinam, se alternam, se sobrepõem, se adicionam, se juxtapõem, como na somma de valores algébricos” (ELLIS JR., 1934, p. 49).

Em resumo, Ellis Jr. aponta que o meio vai influenciar no sucesso ou fracasso da mestiçagem, porém ela continua e continuará acontecendo, como um processo dinâmico e vivo, uma vez que a formação da população paulista estava em curso desde a vinda dos primeiros colonizadores até os dias atuais. Essa população, sendo objeto de estudo naquele momento, no início do século XX, era diversa, latente, composta por ondas migratórias de diferentes períodos e que continuavam a acontecer. É justamente na análise dessa população que o autor deixa mais clara sua visão eugênica e racalista.

É clara em toda a obra de Ellis Jr., em concordância com outros autores brasileiros do período, que a mistura de brancos com negros era negativa para a formação de uma raça eugênica em São Paulo. Ainda que, em *Raça de Gigantes* (1926), Ellis Jr. exaltasse o cruzamento entre o índio e o europeu, que resultou no “mameluco paulista” (ELLIS JR., 1934, p. 113), ou seja, o bandeirante. Em *Populações Paulistas* (1934) fica evidente que essa miscigenação só é positiva no sentido de fazer desaparecer negros e indígenas e que deve rumar para o branqueamento. Por exemplo, ao discorrer sobre as diferentes miscigenações possíveis entre brancos, indígenas e negros, o autor registra

O Brasil geographico tem sido scenario de uma mestiçagem sem par. Ahi há uma immensa complexidade racial, que se reflecte em todas as nuanças democromicas correndo por toda métrica craneana, facial, estatural, etc.

Os diversos meios physicos, as selecções e as mais circumstancias vão diminuindo o numero dessas variedades, eliminando os menos aptos, reduzindo os typos que, embora em pequena quantidade, se perpetuam nessa orchestração polymorphica que é a população brasileira, amalgama de muitíssimos caracteres que se definham em muitos e differentes ambientes physicos e sociaes. [...]

Só os mais aptos ficarão. Eis que o negro e o mulato vão desaparecendo do Estado de S. Paulo. (ELLIS JR., 1934, pp. 53-54)

Ora, a argumentação do autor deixa escapar parte de sua posição: o negro e o mulato tendem a desaparecer da população paulista por serem menos aptos, por se adaptarem menos ao ambiente, como outrora aconteceu com os indígenas. Logo, a miscigenação é considerada positiva, já que leva ao progresso dos grupos humanos.

A construção da eugenia em Ellis Jr. tem como ponto central a ideia do determinismo geográfico. Em uma parte importante do início do capítulo IV, o autor discorda de Gobineau, já que este defendia a superioridade do homem branco e loiro do norte, o germânico, que teria tido sucesso no processo de industrialização e imperialismo entre os séculos XVIII e XIX. Porém, para Ellis Jr., esse sucesso não estava relacionado a superioridade de sangue ou de intelecto, mas pelo simples fato dessa população viver “no século na macchina, possuindo um sub-sólo privilegiado” (ELLIS JR., 1934, p. 91).

Em contrapartida, o autor reflete que se esses mesmos homens tivessem sido colocados no vale amazônico ou no sertão nordestino, não teriam tido sucesso como os portugueses tiveram, e usa como exemplo as colonizações inglesas da Guiana, da Índia e da Austrália, consideradas fracassadas por ele. Para Ellis Jr, esses homens teriam se degenerado por não se adaptarem ao meio. E é justamente esse aspecto que mostra a superioridade ibérica e da miscigenação, dos povos ibéricos misturados com os povos indígenas, já selecionados dentro das melhores famílias de grupos indígenas que haviam no Brasil (as filhas dos caciques).

Ao se debruçar no estudo da composição racial paulista do início do século XX e o sucesso das miscigenações que ocorreram, Ellis Jr. divide a análise em alguns pontos centrais: os negros, os imigrantes (italianos, espanhóis, portugueses, japoneses, sírios, alemães, austríacos e húngaros) e os outros.

A respeito dos negros, o autor considera que a participação desse grupo na população planaltina vinha diminuindo, seja pela seleção natural, seja pela seleção social. Há, segundo ele, pouco sucesso na miscigenação por diversos motivos, entre eles:

- I. As diferenças de mentalidade entre o negro, o caboclo<sup>2</sup> e o branco, descrevendo o negro como “servil, resignado e humilde” (ELLIS JR.,

---

<sup>2</sup> Para Ellis Jr. o caboclo correspondia à população paulista composta majoritariamente pela mistura entre indígenas e brancos portugueses, antes das grandes ondas imigratórias europeias que ocorreram após o fim do tráfico negreiro e a ascensão da lavoura de café no oeste Paulista e no Vale do Ribeira.

1934, p. 96) e o caboclo como “indômito, intratável, sobranceiro, insubordinável” (ELLIS JR., 1934, p. 96);

- II. A dificuldade de ascensão social do negro, mesmo pós abolição, que não conseguiu desconstruir a visão do paulista — apesar de “liberal e plástico” (ELLIS JR., 1934, p. 97) — que via a população negra com piedade e não conseguia descolá-la dos tempos da escravidão para ter com ela contatos que levariam à miscigenação;
- III. A seleção natural, que faz com que a população negra caminhe para extinção. nas palavras do autor, “as seleções de ordem physiologica e sociológica conjugadas, fazem o negro caminhar impiedosa e drasticamente na esteira mórbida da derrota” (ELLIS JR., 1934, p. 100);
- IV. A alta taxa de mortalidade, que é causada devido “a falta de hygiene, a deficiência alimentar do que advem a grande pobreza e dahi a grande mortalidade” (ELLIS JR., 1934, p. 108);
- V. A falta de espírito liberal, levando o negro a ocupar posições subalternas, não lhes permitindo ascender economicamente, “nunca luctam com o animo proprio dos que tudo arriscam no labutar aventuroso da concorrência da vida” (ELLIS JR., 1934, p. 108);
- VI. A insuficiência fisiológica, tendo em vista que a pressão arterial dos negros e mulatos é maior que a dos brancos, levando ao número maior de mortes por doenças circulatórias, conjugadas com a grande ocorrência de alcoolismo dentro dessa população (ELLIS JR., 1934, p. 109 - 110), além da ocorrência maior de tuberculose entre esse grupo (ELLIS JR., 1934, p. 114).

É latente, em várias partes da argumentação do autor a respeito da participação dos negros na população paulista, o viés eugenista de sua análise. A lista anterior mostra que a ideia de superioridade dos grupos brancos, ainda que imigrantes (conforme demonstrarei em breve), na composição da população paulista a torna superior ao restante do Brasil.

De forma breve, no ponto I o negro não tem sucesso na miscigenação por ter uma característica servil, no ponto II a miscigenação não ocorre porque o paulista associa os negros pós-escravidão à ideia escravista e tem pena desse grupo social, no ponto III a seleção natural age para eliminar essa população, no ponto IV a alta taxa de mortalidade está associada às condições de higiene e alimentação da raça,



no ponto V o negro não possui espírito liberal e, por isso, insiste em ocupar postos profissionais subalternos e, finalmente, no ponto VI existe uma condição fisiológica de alta pressão arterial, associada a prática do alcoolismo, além da tuberculose que contribui para a eliminação do negro da população paulista, deixando explícita a ideia de seleção natural.

Logo, podemos observar que mesmo para Ellis Jr., que entende a mestiçagem como algo positivo para as raças, essa mistura não deve acontecer com a participação da população negra. Para o autor, a prova de que a mistura entre a população paulista e os negros não ser eugenicamente positiva se dá pelo fato de que

Na eugenesia haveria fecundação e procriação de typos mestiços fecundos se formando uma terceira raça bem definida que se prolongaria indefinidamente, penso eu, obedecendo as leis de hybridação de Mendel.

É possível que da mestiçagem do negro com o branco, produzindo o mulato, não resulte um bom produto isto é, fecundo e eugenésico. (ELLIS JR, 1934, p. 112)

O caminho para o branqueamento racial se daria a partir das misturas da população paulista com os europeus e, quiçá, os japoneses. Quanto à participação do negro na miscigenação paulista, para o autor, era certa que este seria eliminado. Em outras palavras,

A eliminação do negro e do mulato se accelera geometricamente europeizando o typo, o qual se vae evolutivamente esquecendo do bronzeado do cabloco para se integralisar o alourado da Alta Italia, da Lithuania ou da Hungria, sem perder de vista o amorenado morno do iberico andaluz, ou da Baixa Italia, ou dos slavos do Sul, ou ainda dos syrios com sua alta estatura, com a solidez do physico, com os olhos muito escuros e com o systema pilloso desenvolvido (ELLIS JR, 1934, p. 229)

Em contrapartida, ao se referir aos grupos estrangeiros, o autor demonstra que na formação da população paulista ocorre o processo de assimilação<sup>3</sup> de raças. Esta pode acontecer pela combinação do cruzamento sexual, pela educação ou adaptação de determinado grupo estrangeiro. Ellis Jr. analisa a vinda de diversos grupos imigrantes para São Paulo, como os italianos, os espanhóis, os japoneses e os eslavos. Para todos, determina se o processo de assimilação aconteceu com maior ou menor sucesso. De maneira geral, “o cruzamento do estrangeiro com o paulista resulta na homogeneização de duas mentalidades diferentes, ficando a exótica plasmada nos moldes da paulista que acaba prevalecendo. É o que se dá entre nós”. (ELLIS JR, 1934, p. 85).

Discorrendo sobre a assimilação dos italianos, Ellis Jr. considera que esse grupo se combinou bem com o paulista por não ter uma nacionalidade pré-formada, principalmente durante o século XIX<sup>4</sup>. Utilizando dados do Anuário de 1927, demonstra que a assimilação por casamentos, em que os italianos se casaram com paulistas, foi muito maior do que de outros grupos imigrantes, gerando também um número grande de filhos. Além disso, a seleção natural também foi positiva para os italianos, visto que

[...] a mortalidade do italiano em S. Paulo, é mesmo inferior à do preexistente, o que se explica tendo-se em conta o facto deste ultimo englobar no seu total, certa quantidade de negros e de mulatos, que entram com proporções realmente espantosas no quadro mesológico do Estado (ELLIS JR, 1934, p. 139).

Diferentemente do tratamento dado aos negros ao longo do livro, o autor considera os italianos “dos melhores elementos exóticos, entre nós” (ELLIS JR., 1934, p. 147). Ainda que haja um dado preocupante mencionado pelo autor a respeito do elevado número de suicídios cometidos pelos italianos na capital paulista, em torno de 16% dentre o total de casos. Ellis Jr. age de forma muito parecida daqueles autores eugênicos na Europa: não dá grande atenção ao assunto e arruma uma justificativa,

---

<sup>3</sup> O autor define assimilação como “a reducccção a outra civilização de um grupo humano mais ou menos numeroso de indivíduos, o qual abandona todos os laços culturaes anteriores, adquirindo novos que lhe são transmitidos pelo grupo humano em contacto com o qual elle é posto” (ELLIS JR., 1934, p. 84).

<sup>4</sup> Nesse ponto, o autor se refere a questão do processo de unificação italiano que ocorreu no decorrer do século XIX. Para ele, o fato de não haver a ideia de nação e identidade nacional desses grupos quando vieram para o Brasil contribuiu para a assimilação desse grupo ao paulista. “não havia ainda uma nacionalidade italiano. Eram antes calabreses, venezianos e napolitanos os que vinham” (ELLIS JR., 1934, p. 127).

nesse caso, o clima brasileiro ser diferente do italiano, o que pode interferir na psicologia dos grupos que vêm para cá, já que “a lucta pela vida [...] deve affectar seriamente o systema nervoso do italiano, o qual em razão das nossas alternancias continuadas da temperatura é mantido em actividade excepcional, o que lhe deve ser bastante penoso” (ELLIS JR., 1934, p. 142).

Chama atenção aqui o fato que a crítica que o autor faz em relação aos italianos, em que o clima pode ser “bastante penoso” não é o mesmo tratamento dado em relação aos negros. Para este último grupo, o autor chega a afirmar “estou convencido de que o negro, mesmo educado, não póde nivelar-se ao branco” (ELLIS JR., 1934, p. 100). Esse tratamento brando dado aos imigrantes, mesmo quando for relacionado a grupos em que a assimilação é vista pelo autor como mais complicada, permanece frequente ao referir-se a outras nacionalidades.

Analisando a assimilação espanhola à população paulista, Ellis Jr. considera essa mais trabalhosa quando comparada a italiana. Descreve o espanhol como “mais altivo, mais arrogante, mais palavrosamente independente, tinha também uma tradição nacional mais arraigada” (ELLIS JR., 1934, p. 160). É justamente essa ideia de pátria mais arraigada, segundo o autor, que dificultou a miscigenação desse grupo. Entretanto, todas as outras questões, relacionadas a casamento, educação e fisiologia, para ele, eram positivas para a composição da população paulista.

Quanto ao português, desde *Raça de Gigantes* (1926), Ellis Jr. destaca o sucesso na miscigenação. Entretanto, analisando as novas ondas imigratórias do século XX, lhe chama a atenção o fato de que esses novos grupos de portugueses eram compostos, majoritariamente, por jovens solteiros. Estes preferem, segundo ele, se unir com outras mulheres imigrantes solteiras, o que dificultaria, em certa medida, a assimilação para a criação de uma raça homogênea. Mesmo assim, essa migração ainda era positiva por haver entre os portugueses um grande número de analfabetos.

O imigrante mais culto traz certas vantagens, mais individuaes do que collectivas, é, porém, muitíssimo mais indigesto e muito mais difícil de ser assimilado. Elle conserva muito mais a mentalidade de sua pátria de origem do que se tivesse vindo em estado de incultura. Della conhece as glorias militares e tem bem morno o espirito nacional da gente patricia que foi constringido a deixar (ELLIS JR, 1934, p. 176).

Novamente é possível observar uma visão mais complacente do autor ao se referir aos portugueses não alfabetizados quando comparada aos negros. O autor descreve os negros como “modestos, e principalmente conformados, estão convencidos de sua própria inferioridade” (ELLIS JR., 1934, p. 108) enquanto em relação aos portugueses “temos a solidariedade de sangue, foram nossos irmãos de armas” (ELLIS JR., 1934, p. 173). Logo, ainda que tanto portugueses quanto os negros compusessem o caldeirão de raças do Brasil desde o período colonial, a escrita eugênica de Ellis Jr. se explicita nesses pontos comparativos.

Saindo um pouco do estereótipo do imigrante branco-europeu, Ellis Jr. é um dos poucos autores da época a considerar a importância da imigração japonesa na composição racial paulista. Segundo ele, o povo nipônico é de baixa assimilação, tendo em vista a dificuldade da língua, a “rigidez da mentalidade nacional” (ELLIS JR., 1934, p. 181), já que é um grupo que pertence a um país milenar e o mais distante geograficamente dos grupos que chegaram ao planalto paulista. Pesa a seu favor, entretanto, o fato de ter um “espírito altamente rural” (ELLIS JR., 1934, p. 182).

Ainda que reconheça a dificuldade de assimilação dos japoneses, o autor discorre uma verdadeira ode a esse povo. Considerando que a eugenia não é apenas a “sciencia da beleza physica” (ELLIS JR., 1934, p. 184), Ellis Jr. defende que os nipônicos tem muito a oferecer em seu processo de miscigenação com os paulistas, já que possuem o intelectualmente uma “incontestável superioridade” (ELLIS JR., 1934, p. 185), desenvolvendo em pouco tempo uma civilização que se equipara a “os povos do mundo mais civilizados” (ELLIS JR. 1934, p. 185), além de fisiologicamente só apresentarem vantagens, como a alta fecundidade. Logo, por todos esses motivos fica comprovado “não ter o japonês nenhum ponto fraco” (ELLIS JR, 1934, p. 187).

Além dos grupos imigrantes citados acima, outros serão tratados pelo autor, como os sírios — segundo Ellis Jr. que trazem perfeição para o processo de assimilação com o paulista —, os alemães, os austríacos e os húngaros, sendo esses três últimos grupos com bastante dificuldade de assimilação devido às diferenças climáticas entre o frio europeu e o calor escaldante dos trópicos, mas que a educação poderá auxiliar no processo de hibridização.

Por fim, “Os Outros” são grupos imigrantes em menores números. Os povos de origem báltica, como os lituânios e os letões são assimilações recentes para o período, difíceis de serem dimensionadas por Ellis Jr. De qualquer forma, o autor aproveita para exaltar a capacidade de São Paulo em assimilar povos, tendo em vista que

Em parte alguma do planeta se pode observar um exemplo mais marcado de tão pronunciada harmonia de combinações ethnicas para a solidificação de uma nacionalidade. Isso nas mais elevadas camadas. (ELLIS JR, 1934, p. 232).

## Considerações finais

Ellis Jr. deixa claro em sua obra que o objetivo na construção da identidade paulista é atrair estrangeiros. Levando em conta sua orientação eugênica, é justamente esse estrangeiro que levaria ao branqueamento da população, quando bem assimilado à própria população local. Ainda que haja dificuldades na assimilação de determinados grupos, estes são sempre bem-vindos desde que não sejam negros e o autor considera que “o tempo será o melhor nivelador de todas as arestas. Será elle o aplainador de todas as saliências” (ELLIS JR., 1934, p. 188).

Cada um dos grupos imigrantes é enaltecido por Ellis Jr., tendo características físicas, psicológicas e históricas destacadas individualmente.

O italiano nos traz, por exemplo, essa alegria pujante nos povos mediterrâneos, esse espirito de ardência vesuviana a quebrar a serração gris do nosso brumoso planalto. Com elle veio aquele traço artístico, aquella exuberância peninsular cuja falta sempre se ressentiu o nosso espirito macambusio e fechado. O allemão, o húngaro, o polonez, o russo e o lettão nos estão a dar a tintura do norte-centro europeu, com suas roupas de veludo coloridas em vivos verdes e vermelhos a lhes fazer ressaltar o amarello áureo dos bigodes e dos cabellos, em faces carminadas com olhos muito azues. O japonez nos empresta a sisudez impassível e misteriosa dos mongoes e os syrios palradores, o gênio do mercantilismo phenicio, de que os nossos avós luzitanos se haviam esquecido. (ELLIS JR, 1934, p. 158).

Por outro lado, o autor não perde a oportunidade de demonstrar os motivos que o negro e o indígena devem ser excluídos da mistura,

Já não temos esse romantismo piegas, sorvido do contacto social com o negro?

Já não possuímos esse individualismo soffredor que nos deu o índio?  
(ELLIS JR, 1934, p. 158).

A construção eugenista da identidade paulista está posta. Nesse intento de representar a população paulista como superior, naquele contexto de São Paulo da década de 1930 que se esforçava em se mostrar merecedor de guiar os rumos do

país, Ellis Jr. demonstra sua visão racialista ao inferiorizar os negros e os indígenas e defender o seu desaparecimento na constituição desse povo sublime que se desenhava a partir da assimilação dos grupos estrangeiros.

Durante todo o livro, Ellis Jr. apresenta gráficos, tabelas, desenhos de fenótipos e dados retirados do Recenseamento Federal de 1920, bem como índices de natalidade e mortalidade, sem clareza de suas origens. Existe um grande esforço do autor em trazer um viés cientificista em sua análise da constituição da população paulista naquele momento e os apontamentos de maior ou menor assimilação passam pelo tratamento desses dados, como maior fecundidade, número de casamentos entre paulistas e não paulistas e os motivos de óbito dos grupos.

Os eugenistas europeus utilizavam-se da mesma cartilha: utilizavam dados, altamente manipuláveis e manipulados, para comprovar uma verdade central pré-concebida: a superioridade do branco.

Ainda que não haja clareza se houve manipulação dos dados expostos por Ellis Jr., podemos ter certeza que a manipulação do discurso existiu quando comparamos a forma de tratamento dada pelo autor aos grupos estrangeiros e negros em seu livro. Cabe destacar também que a população indígena é invisibilizada em *Populações Paulistas* (1934) e podemos questionar o quanto as fontes utilizadas pelo autor também ignoram esses povos em seus censos e dados distribuídos por São Paulo. Em nenhum momento o autor se incomoda com essa invisibilidade, o que nos leva a crer que concorda com ela quando defende, também, que o indígena já, há muito, havia desaparecido da composição racial do paulista.

Em sua tese de doutorado *A construção da Paulistanidade* (2004), o historiador Danilo José Zioni Ferretti afirma

Ellis Jr. aplicou em seu estudo do passado paulista uma abordagem antropossociológica, que partia do princípio de existência de interrelação entre os fenômenos sociais e raciais. Ellis Jr. pressupunha que a História era determinada pelo embate entre as raças, sendo o conceito de “seleção” a chave de sua interpretação dos fenômenos sociais (FERRETTI, 2004, p. 342).

Sendo assim, fica claro em *Populações Paulistas* (1934) que a seleção do meio, e da interpretação feita pelo autor, deveria ser composta apenas por grupos não-

negros. Ellis Jr. chega a definir que “S. Paulo é como um estomago de avestruz. Engole e assimila tudo” (ELLIS JR., 1934, p. 182), exceto o negro que, como já foi demonstrado, deveria ser eliminado.

Compreender a construção da identidade paulista na obra de Ellis Jr., à luz dos ideais eugenistas adotados pelo autor, permite a constatação do quanto, para entendermos o racismo e discriminação presentes na nossa sociedade hoje, precisamos olhar para o passado. O racismo estrutural existente no Brasil não é fruto de uma ou duas décadas de discriminação, mas de séculos de exclusão física, política, econômica e intelectual da população negra. Olhar para a obra de Ellis Jr. é olhar apenas um dos diversos retratos do nosso passado e de toda uma sociedade construída com base em teorias, como a eugenia e o darwinismo social, que, dando um ar de científicas, escolhia aqueles que seriam considerados a população paulista — e brasileira — e deixava marginalizada grande parte da população.

Quase um século depois da publicação de *Populações Paulistas* (1934), podemos considerar que, apesar dos avanços já feitos em direção ao combate ao racismo e da construção de uma sociedade mais justa e igualitária, ainda há muito o que se fazer. Dados de 2021 do IBGE, veiculados pela revista eletrônica *Infomoney* (2021), apontam que os brancos possuem uma renda 75,7% superior aos negros no Brasil.

Ellis Jr., em 1934, dizia que “é o paulista filho de italianos, de hespanhoes, de lusos, de nipônicos, de syrios, de teutos, de magyares, de lettos etc. Todos pensam de uma só forma” (ELLIS JR., 1934, p. 263), demonstrando que na construção da identidade paulista daquele momento, ainda que miscigenada, o negro não fazia parte. Hoje, a partir dos dados do IBGE, constatamos que essa população continua marginalizada. Por mais que a maior parte dos brasileiros neguem, não podemos deixar de constatar: seguimos vivendo em uma sociedade racista. E mais: o racismo praticado nos trópicos é secular.



## Referências Bibliográficas

- ABUD, Kátia Maria. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições** (a construção de um símbolo paulista: o bandeirante). Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1985.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- COSTA, Emília Viotti. **A Abolição**. São Paulo: UNESP, 2008.
- DIWAN, Pietra. **Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2020.
- EL-DINE, Lorena Ribeiro Zem. **Alfredo Ellis Junior e o debate sobre raça e imigração nos anos 1920**. In Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: saberes e práticas científicas, 2014, Rio de Janeiro.
- EL-DINE, Lorena Ribeiro Zem. **Eugenia e seleção imigratória: notas sobre o debate entre Alfredo Ellis Junior, Oliveira Vianna e Menotti Del Picchia, 1926**. Notas de pesquisa: revista história, ciência e saúde (Manguinhos/RJ), v.23, supl., pp. 243 - 252, dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/5H7Jr9BPZ5JHB4qQXNSqkjM/?lang=pt> - acessado em maio de 2022.
- ELLIS JR., Alfredo. **Populações Paulistas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.
- ELLIS JR., Alfredo. **Raça de Gigantes: a civilização do planalto paulista**. São Paulo: Novíssima Editora, 1926.
- FERREIRA, Antonio Celso. **A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- FERRETTI, Danilo José Zioni. **A construção da paulistanidade: identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930)**. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2004.
- FIUZA, Denis Henrique. **A propaganda da Eugenia no Brasil: Renato Kehl e a implantação do racismo científico no Brasil a partir da obra "Lições de Eugenia"**. AEDOS: revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS (Porto Alegre/RS), v. 8, pp. 85-107, dez. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/68669> - acessado em maio de 2022.

FORTE, Paulo. **Alfredo Ellis Junior e o separatismo de São Paulo como alternativa ao varguismo**. Dissertação de mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica (PUC), 2017.

GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

KURY, Lorelai B. **A sereia amazônica do Agassiz: zoologia e racismo no Viagem ao Brasil**. Revista Brasileira de História. São Paulo, volume 21, número 41, pp. 157 – 172, 2001.

**Renda média de trabalhador branco é 75,7% maior do que de pretos, diz IBGE**. Infomoney, 12 de novembro de 2022. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/carreira/renda-media-de-trabalhador-branco-e-757-maior-do-que-de-pretos-diz-ibge/> - acessado em julho de 2023.

ROIZ, Diogo da Silva. **Do crioulismo americano ao mameluco paulista: processos de independência e de formação do Estado e Nação em Alfredo Ellis Jr.** Revista de Ciências Humanas. Florianópolis, volume 46, número 1, pp. 109 – 122, abril de 2012.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 - 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.